

REPENSAR O SISTEMA FISCAL NA ÓPTICA DO UNIVERSALISMO

(Moção específica proposta ao IX Congresso do LIVRE)

Proponente: Rui Santos

ANÁLISE

O Universalismo é um dos princípios fundamentais do Livre. Na apresentação dos Princípios do partido no site é mesmo o primeiro da lista, embora a descrição remeta para os direitos humanos e esqueça a vertente mais filosófica do conceito. Universalismo é o oposto de Assistencialismo e por norma as leis vão buscar o seu carácter vinculativo a um ou ao outro lado. O facto de uma lei se aplicar a todos os cidadãos de forma equalitária e transversal é por vezes suficiente para a tornar aceitável aos olhos de cada cidadão. Pode-se discordar da lei mas a sua justiça não é questionada porque não é discriminatória. Por outro lado uma lei de carácter assistencialista procura colmatar um desequilíbrio específico que a lei universal não consegue prover e que é sentida por um grupo específico de cidadãos. Cria-se então uma lei propositadamente discriminatória no sentido de trazer equilíbrio à equação final.

O Universalismo tem o problema de ser cego e quase sempre pouco atencioso com as especificidades de cada um. O Assistencialismo tem o problema de ao discriminar determinados cidadãos, está a atribuir-lhes inadvertidamente um valor diferenciado. A tendência contemporânea tem sido o de acrescentar emendas, e excepções à lei geral de carácter assistencialista.

Nós não damos conta porque há uma aparência geral de universalidade, mas o sistema legal português está cheio de leis de carácter assistencialista. Por exemplo o estado premeia as famílias numerosas na forma como taxa o IRS, isto é assistencialismo. Como é um assistencialismo que é compreendido pela população em geral não é gerador de desconfiança. Mas já todos ouvimos alguém a queixar-se do subsidiarismos de alguns grupos da sociedade. Essa queixa comum advém da incompreensão da lei assistencialista que lhes dá cobertura ou de considerarem que a mesma os deveria incluir porque também têm dificuldades económicas. Nestes casos a lei é geradora de desconfiança, tornando-se num factor de injustiça e descontentamento social.

A escalada da extrema direita está directamente relacionada com este tipo de descontentamento crescente na sociedade, mais do que a um ressurgimento real do racismo. É um descontentamento que se infiltra num grupo de cidadãos que se sente desprotegido pelo estado e que vê inúmeros exemplos de pessoas de fora da comunidade ou de integração problemática beneficiarem do sistema e sentem nessa inclusão a exclusão de si mesmos. A esquerda tem demonstrado uma dificuldade gigantesca em compreender o problema porque por um lado não pode ceder ao racismo, à misoginia ou à transfobia por outro não é capaz de criar um espaço de protecção para estas pessoas que se sentem desprotegidas e que até são tipicamente de esquerda mas que encontram no discurso populista da extrema direita, um discurso que as coloca em primeiro lugar.

PROPOSTA:

Conscientes do potencial de injustiça que advém de leis assistencialistas gostaríamos de propor que o LIVRE repensasse o sistema fiscal português por inteiro e o revisse na óptica do universalismo de modo a que todos os cidadãos sejam efectivamente iguais aos olhos do estado. Acredito que muitos estarão já a pensar na impossibilidade prática da proposta. É verdade que a proposta implica uma mudança radical no relacionamento dos cidadãos com o estado, mas talvez a melhor forma de o explicar seja através de um exemplo prático ainda que imaginário. Atenção porque o exemplo prático, é apenas uma demonstração de que é possível a sociedade organizar-se de outra forma, o que se pretende com esta moção é apenas que o partido se predisponha a repensar o nosso sistema fiscal na óptica da universalidade. O exemplo dado não é a solução, nem os proponentes desta moção sentem ter capacidade ou formação para apresentarem uma solução final sobre o assunto. Isto é apenas um princípio orientador que precisa de muita maturação e desenvolvimento.

Imaginemos então uma sociedade onde o estado é uma responsabilidade igual de todos os cidadãos, o que implica uma contribuição absolutamente proporcional. Todos têm de pagar 60% do valor auferido nesse ano civil, sem qualquer escalonamento ou progressividade fiscal. Quem recebeu 10€ tem de contribuir com 6€. Quem recebeu 100 000€ tem de contribuir com 60 000€. Por esta altura os camaradas do LIVRE estarão a torcer o nariz, não compreendendo como é que alguém que se diz de esquerda pode estar a propor um esforço igual perante tal disparidade de vencimentos. A resposta é simples, porque a relação do estado com os cidadãos é composta por 2 momentos. Primeiro o estado colecta a contribuição dos cidadãos e posteriormente redistribui de forma indirecta (serviços) e directa (rendimento mínimo garantido). Estamos tão habituados a olhar para o momento contributivo na sua forma actual que nem nos apercebemos que o estado está a misturar estes 2 momentos de uma forma atabalhoada e até pouco transparente ao ponto de não nos apercebermos do carácter assistencialista do processo.

Prosseguindo o exemplo referido, imagine-se que dos 60% colectados, 40% referem-se às despesas do estado, incluindo todos os encargos com segurança, justiça, saúde, educação, administração interna, etc e que os restantes 20% se destinam a um mecanismo de solidariedade na forma de rendimento mínimo garantido (uma medida que o LIVRE até pretende implementar mas creio que de forma assistencialista). Todos os cidadãos recebem este rendimento independentemente da sua condição social. Ricos ou pobres todos o recebem sem excepção. Ou seja, supondo uma sociedade que é composta por aqueles 2 indivíduos, do total disponível para este mecanismo de solidariedade, 20 002€, cada um receberia o mesmo, ou seja 10 001€. Ou seja, feitas as contas o primeiro passaria a dispor de rendimento total disponível de 10 005€ (10 001+4) e o segundo de um rendimento de 50 001€ (10 001+40 000). Se considerarmos que não estamos a ser suficientemente solidários, é só subir o factor de solidariedade. O sistema em si que é proposto neste exemplo não é de esquerda ou de direita. O valor da taxa é que dirá se pretendemos que o sistema seja mais liberal ou mais comunista, porque ambos são possíveis.

Para que não haja dúvida repetimos o que foi dito anteriormente, o exemplo dado é apenas uma demonstração de que é possível a sociedade organizar-se de outra forma, o que se pretende com esta moção é apenas que o

partido se predisponha a repensar o nosso sistema fiscal na óptica da universalidade. O exemplo dado não é a solução, nem os proponentes desta moção sentem ter capacidade ou formação para apresentarem uma solução final sobre o assunto. Isto é apenas um princípio orientador que precisa de muita maturação e desenvolvimento.

VANTAGENS DA PROPOSTA:

As vantagens de um sistema de base universal são:

- Não exclui ninguém.
- Contribui para a pacificação social, na medida em que deixa de haver a ideia de subsídio-dependência de uns, que coloca uns cidadãos contra outros e gera descontentamento.
- Ninguém precisa de provar a sua pobreza para ter direito a esse mínimo de subsistência.
- Um biscoito de valor baixo acrescenta sem excluir o beneficiário de o continuar a receber como tantas vezes acontece no tipo de subsidiarismo actual.
- O estado é uma responsabilidade de todos de forma igualitária e o estado olha para todos os cidadãos de forma igual.
- O sistema é claro e fácil de fiscalizar.
- A simplicidade do sistema pode permitir ajustes perante situações económicas imprevistas, sendo que esses ajustes irão afectar todos os cidadãos em igual medida.

DESVANTAGENS DA PROPOSTA:

A principal desvantagem é processo de passagem de um sistema para outro, porque implica uma revisão geral de muita coisa. E concerteza há muitas outras desvantagens que os proponentes desta moção não têm capacidade para aferir e que surgirão quando se pensar amiúde no problema.

OUTRAS QUESTÕES:

Há outras questões que surgiram enquanto se pensava esta moção que embora laterais importa referir:

- Quando um trabalhador auferir um salário mínimo de 600€, cujo valor está relacionado com os impostos que sobre ele incidem, quem é que o estado está realmente a ajudar, o empregado ou a empresa que pode ter um trabalhador com um salário mais baixo?
- Será que poderíamos pensar um sistema onde se substitui todos os subsidiozinhos por este rendimento mínimo garantido e universal?
- Será que mesmo uma criança deveria ter direito a este subsídio mínimo garantido?

Os proponentes desta moção acreditam que é um assunto que merece ser pensado e discutido pois entendem que há aqui potencial para fazer as coisas de maneira diferente e melhor.